



DIVULGAÇÃO
DE RESULTADOS

2024

ENERGISA TOCANTINS
TRANSMISSORA DE ENERGIA
II S.A.



GRUPO
energisa12





ENERGISA TOCANTINS TRANSMISSORA DE ENERGIA II S.A.
RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2024

Cataguases, 25 de março de 2025 – A Administração da ENERGISA TOCANTINS TRANSMISSORA DE ENERGIA II Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações financeiras relativa ao exercício social de 2024. Colocamo-nos à disposição dos Senhores acionistas para esclarecimentos porventura necessários.

ENERGISA TOCANTINS TRANSMISSORA DE ENERGIA II S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	684	60
Consumidores e concessionárias	6	593	-
Tributos a recuperar		1	-
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	9	5.156	-
Outros créditos		128	-
Total do circulante		6.562	60
Não circulante			
Tributos a recuperar		3	-
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	9	89.922	60.602
Imobilizado e Intangível		29	11
Total do não circulante		89.954	60.613
Total do ativo		96.516	60.673

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



ENERGISA TOCANTINS TRANSMISSORA DE ENERGIA II S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	10.066	2.289
Dividendos		109	109
Impostos e contribuições sociais	10	115	66
Encargos setoriais		15	-
Outros passivos		639	-
Total do circulante		10.944	2.464
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais	10	3.470	2.212
Impostos e contribuições sociais diferidos	7	2.928	1.867
Total do não circulante		6.398	4.079
Patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aumento de capital			
Capital social	12.1	45.634	7.296
Reserva lucros	12.2 e 12.4	8.305	7.988
Reserva especial de dividendos	12.3	13.450	854
		67.389	16.138
Recursos destinados a futuro aumento de capital	8	11.785	37.992
Total patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aumento de capital		79.174	54.130
Total do passivo e patrimônio líquido		96.516	60.673

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Receita de infraestrutura, operação e manutenção, ganho de eficiência na implementação da infraestrutura e outras, líquidas		26.912	47.777
Remuneração dos ativos da concessão		9.206	1.743
Receita operacional líquida	13	36.118	49.520
Custo de operação	14	(21.543)	(39.861)
Lucro bruto		14.575	9.659
Despesas gerais e administrativas	14	(193)	(105)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		14.382	9.554
Receitas financeiras		26	5
Despesas financeiras		(2)	(13)
Despesas financeiras líquidas		24	(8)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		14.406	9.546
Imposto de renda e contribuição social corrente	7	(86)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	7	(1.061)	(1.583)
Lucro líquido do exercício		13.259	7.963
Lucro por ação R\$	15	0,41	1,33

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



ENERGISA TOCANTINS TRANSMISSORA DE ENERGIA II S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Lucro líquido do exercício	15	13.259	7.963
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes		-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício		13.259	7.963

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



ENERGISA TOCANTINS TRANSMISSORA DE ENERGIA II S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reservas de lucros		Reserva Especial de dividendos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Recursos destinados a futuro aumento de capital	Total
		Reserva legal	Reserva de lucros - orçamento de capital				
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.046	25	-	854	-	5.250	8.175
Aumento de capital conforme AGOE de 28/04/2023	12.1	5.250	-	-	-	(5.250)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	7.963	-	7.963
Proposta de destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	12.2	-	398	-	(398)	-	-
Reserva de lucros - orçamento de capital	12.5	-	-	7.565	(7.565)	-	-
Recursos destinados a futuro aumento de capital	8	-	-	-	-	37.992	37.992
Saldos em 31 de dezembro de 2023	7.296	423	7.565	854	-	37.992	54.130
Aumento de capital conforme AGOE de 26/04/2024	12.1	37.992	-	-	-	(37.992)	-
Aumento de capital com reserva de lucros conforme AGOE de 26/04/2024	12.2	346	(346)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	15	-	-	-	13.259	-	13.259
Proposta de destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	12.2	-	663	-	(663)	-	-
Reserva especial de dividendos	12.3	-	-	12.596	(12.596)	-	-
Recursos destinados a futuro aumento de capital	8	-	-	-	-	11.785	11.785
Saldos em 31 de dezembro de 2024	45.634	740	7.565	13.450	-	11.785	79.174

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



ENERGISA TOCANTINS TRANSMISSORA DE ENERGIA II S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Geração do valor adicionado			
Receitas			
Receita de remuneração, margem e ganho na implementação da infraestrutura	13	15.253	10.015
Receitas de construção	13	22.275	41.371
		37.527	51.386
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais, Serviços de terceiros	14	(121)	(103)
Custo de construção e outros	14	(21.612)	(39.863)
		(21.732)	(39.966)
Valor adicionado bruto		15.795	11.420
Depreciação e amortização		(3)	-
Valor adicionado líquido produzido		15.792	11.420
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	14	26	5
Valor adicionado a distribuir		15.818	11.425
Distribuição do valor adicionado:			
Impostos, taxas e contribuições			
Tributos Federais		2.517	3.449
Obrigações Intra-setoriais		40	-
Remuneração de capital de terceiros			
Juros		2	13
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	12.2	12.596	7.565
Lucros Retidos	12.5	663	398
		15.818	11.425

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	15	13.259	7.963
Imposto de renda e contribuição social	7	1.147	1.583
PIS & COFINS diferido	13	1.258	1.866
Margem, ganho e perda na eficiência da construção de operação e remuneração	13	(6.666)	(8.272)
Remuneração do ativo de contrato	13	(9.206)	(1.743)
Depreciação e amortização	14	3	-
Redução (aumento) dos ativos			
Impostos a recuperar		(4)	-
Concessionárias e permissionárias		2.265	-
Outros créditos		(128)	16
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		(2.256)	2.257
Encargos Setoriais		15	-
Tributos e contribuições sociais		(1)	33
Imposto de renda e contribuição social pagos		(36)	-
Outras contas a pagar		639	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		289	3.703
Atividades de investimentos			
Aplicações em Linhas de Transmissão de Energia		(11.429)	(41.647)
Aplicações no imobilizado e intangível		(21)	(11)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(11.450)	(41.658)
Atividades de financiamento			
Recursos destinados a futuro aumento de capital	8	11.785	37.992
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		11.785	37.992
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		624	37
Caixa e equivalentes de caixa iniciais	5	60	23
Caixa e equivalentes de caixa finais	5	684	60
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		624	37

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S.A. BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2024 (Em milhares de reais)							
1 - Base de cálculo	2024			2023			
Receita líquida (RL)	36.118			49.520			
Resultado operacional (RO)	14.406			9.546			
Folha de pagamento bruta (FPB)	-			-			
2 - Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	
Alimentação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	
Encargos sociais compulsórios	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	
Previdência privada	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	
Saúde	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	
Segurança e saúde no trabalho	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	
Capacitação e desenvolvimento profissional	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	
Creches ou auxílio-creche	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	
Participação nos lucros ou resultados	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	
Outros	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	
Total - Indicadores sociais internos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	
3 - Indicadores sociais externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL	
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	
Esporte	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	
Outros	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	
Total das contribuições para a sociedade	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	
Tributos (excluídos encargos sociais)	2.517	17,47%	6,97%	3.449	36,13%	6,96%	
Total - Indicadores sociais externos	2.517	17,47%	6,97%	3.449	36,13%	6,96%	
4 - Indicadores ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL	
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	-	0,00%	0,00%	431	4,51%	0,87%	
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	
Total dos investimentos em meio ambiente	-	0,00%	0,00%	431	4,51%	0,87%	
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	()		() não possui metas() cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%		()		
						() não possui metas() cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%	
5 - Indicadores do corpo funcional	2024			2023			
Nº de empregados(as) ao final do período	-			-			
Nº de admissões durante o período	-			-			
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	-			-			
Nº de estagiários(as)	-			-			
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	-			-			
Nº de mulheres que trabalham na empresa	-			-			
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	-			-			
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	-			-			
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	-			-			
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	-			-			
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2024			Metas 2025			
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	-			-			
Número total de acidentes de trabalho	-			-			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados (as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados (as)	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados (as)	(x) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados (as)	(x) todos(as) + Cipa	
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT	
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados (as)	



A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa -	no Procon -	na Justiça -	na empresa -	no Procon -	na Justiça -
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa -	no Procon -	na Justiça -	na empresa -	no Procon -	na Justiça -
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2024: 15.818		Em 2023: 11.425			
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	16% governo 0% colaboradores(as)0% acionistas 0% terceiros 84% retido		30% governo 0% colaboradores(as)0% acionistas 0% terceiros 70% retido			
7 - Outras Informações	2024		2023			
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos						
7.1.1 - Investimento da União	-		-			
7.1.2 - Investimento do Estado	-		-			
7.1.3 - Investimento do Município	-		-			
7.1.4 - Investimento da Concessionária	-		-			
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	-		-			
7.2 - Programa de eficiência Energética	-		-			
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	-		-			
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	-		-			



Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A **Notas explicativas às demonstrações financeiras para o** **exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A (“Companhia”), com sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, companhia integrante do Grupo Energisa, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 25 de junho de 2019 e tem como objeto social explorar concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica.

1.1 Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

A controladora Energisa Transmissão de Energia S/A foi vencedora do lote 04 do Leilão Aneel 01/2021 promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) ocorrido em 30 de junho de 2021, na Bovespa, em São Paulo.

Em 30 de setembro de 2021, foi assinado o contrato de concessão nº 14/2021 junto a ANEEL, que outorgou a Companhia pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 30 de setembro de 2051, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas no Estado do Tocantins, compostas pela ampliação da Subestação Gurupi, com a construção do novo pátio de 138kV e inclusão de 2 unidades trifásicas de 230/138-13,8kV de 100MVA.

Os investimentos previstos no empreendimento somam R\$64.789. O prazo regulatório para entrada em Operação Comercial do empreendimento é de 36 meses estimado para 30 de setembro de 2024, entretanto a Administração antecipou a energização em 5 meses, que foi concluída em 08 de maio de 2024.

O contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do sistema interligado-SIN por um período de 30 anos são:

I – operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;

II – realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III – organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade, providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;

IV – atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória.



V - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VI - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e

VII - operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, por no máximo igual período de acordo com o que dispõe o § 3º art. 4º da Lei nº 9.074 de 1995, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

1.2 Principais assuntos Regulatórios

1.2.1 Reajuste Tarifário Anual

A Resolução Homologatória (“REH”) nº 3.348, de 16 de julho de 2024, estabeleceu as RAPs da Companhia, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025. A RAP da companhia é reajustada pelo IPCA (+3,93%).

A seguir, A RAP da Companhia reajustada sem considerar a parcela de ajuste (PA):

Concessão	Contrato de concessão	Rede Básica	Rede Fronteiras	Demais instalações	Total Ciclo 2024-2025	Total Ciclo 2023-2024
		RBL	RBL	RPEC/RCDM		
ETT II	014/2021	1.036	3.129	640	4.805	-

1.2 Capital Circulante

A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2024, capital circulante líquido negativo, no montante de R\$4.382 (R\$2.404 em 2023). Os fluxos de caixa oriundos de suas operações e eventual necessidade de caixa garantido pela controladora, deverá proporcionar os recursos financeiros necessários para fazer frente aos compromissos financeiros de curto prazo.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.



Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 25 de março de 2025.

2.2 Moeda e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 6 – Concessionárias e permissionárias: Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa – PPECLD;
- II. Nota explicativa nº 7 – Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente: Análise da recuperabilidade dos tributos diferidos;
- III. Nota explicativa nº 9 – Concessão do serviço público (ativo de contrato): valor recuperável para o ativo de contrato;
- IV. Nota explicativa nº 16 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: definição dos níveis dos instrumentos financeiros e mensuração do valor justo.

3. Políticas contábeis materiais e novos pronunciamentos contábeis

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Práticas materiais

- a. **Caixa e equivalentes de caixa** – os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.



b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.



Classificação e Mensuração

Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).



Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2024, compreendem os saldos a pagar a fornecedores.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também pode incluir os instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - Após o reconhecimento inicial, os passivos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. A Companhia não possui nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- c. **Ativo de contrato de concessão** - corresponde ao contrato de concessão nº 014/2021 do serviço público de transmissão de energia elétrica firmado entre o Poder concedente e a Companhia. As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, está atendido de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica.



Conforme previsto no contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão.

O ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato equivalente à contraprestação daquele mês, pela satisfação da obrigação de desempenho de construir, torna-se um contas a receber (ativo financeiro).

O valor do ativo de contrato da companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 3% e 8% ao ano; e (ii) atualizados pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Para estimativas referentes a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa aplicada para o valor presente líquido da margem de construção e de operação é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento, como também o reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, registra-se também uma receita de remuneração sobre o ativo de contrato utilizando a taxa implícita definida no início de cada projeto obtida após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção.

- d. **Imobilizado** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;



- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão.

- e. **Imposto de renda e contribuição social** – a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia.

- f. **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis.
- g. **Receita Operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.



As receitas operacionais da Companhia são:

- **Receita de operação e manutenção:** refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade da infraestrutura de transmissão.
- **Remuneração do ativo de contrato:** refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alteração posterior. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa que varia entre 3% e 8% ao ano; e

Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura: refere-se aos ganhos que podem ser auferidos com certo grau de confiabilidade durante a construção da infraestrutura e também na energização do projeto, por refletirem algumas eventuais variações positivas ou negativas, tais como economias Capex na fase conclusão ou revisão positiva da RAP e entrada em operação antecipada em relação ao prazo da ANEEL; e

Receita de construção e margem de construção: refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento.

- h. **Demais ativos e passivos (circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- i. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2024

Normas	Descrição
Alterações ao IAS 1	Passivos não circulantes com covenants
Alterações IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores
IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and leaseback"
Resolução CVM nº 199/ CPC 9 (R1)	Demonstração do Valor Adicionado



(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, mas ainda não vigentes

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: exercícios anuais com início em ou após
Alterações ao CPC 18 (R3)	Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto	1º de janeiro de 2025
Alterações ao CPC 02 (R2)	Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2025
IFRS 18	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	1º de janeiro de 2027
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e revisadas, se cabível, quando entrarem em vigor. A entidade deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A IFRS 18 será aplicada retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar os impactos sobre as demonstrações financeiras no futuro.

4. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	684	60
Total de caixa e equivalentes de caixa	684	60

6. Concessionárias e Permissionárias

	2024	2023
Concessionárias e Permissionárias	593	-
Total – circulante	593	-

7. Impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os saldos contábeis dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes.



	2024	2023
Passivo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de Renda	(2.153)	(1.373)
Contribuição Social	(775)	(494)
Total (Passivo) não circulante	(2.928)	(1.867)

As diferenças temporárias, considerando a presunção do regime de tributação, são:

	2024		2023	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Concessão do serviço público – ativo de contrato	(8.613)	(2928)	(5.490)	(1.867)
Total – (Passivo) não circulante	(8.613)	(2.928)	(5.490)	(1.867)

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

Regime lucro presumido	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receitas operacional bruta	37.528	37.528	51.386	51.386
Alíquotas de presunção	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre a receita bruta	3.002	4.503	4.111	6.166
Receitas sobre aplicações financeiras	10	10	-	-
Outras receitas financeiras	10	10	-	-
Base de cálculo total	3.022	4.523	4.111	6.166
Alíquota efetiva	15%	9%	15%	9%
IRPJ e CSLL	(453)	(407)	(617)	(555)
Adicional IRPJ (10% superior a R\$20 por mês)	(287)	-	(411)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(740)	(407)	(1.028)	(555)

8. Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Energisa Transmissora S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário de outras Companhias:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A:		
. Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A;	EPA I	Transmissão de energia
. Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;	EGO I	Transmissão de energia
. Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A;	EPA II	Transmissão de energia
. Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A;	ETT	Transmissão de energia
. Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A;	EAM I	Transmissão de energia
. Energisa Paranaíba Transmissora de Energia S/A;	EPTE	Transmissão de energia
. Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A;	EAP	Transmissão de energia
. Gemini Energy S/A;	GEMINI	Holding
. Nova Gemini Transmissão de Energia S/A;	NOVA GEMINI	Holding
. Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A;	EAM II	Transmissão de energia
. Energisa Maranhão Transmissora de Energia I S/A;	EMA I	Transmissão de energia
. Energisa Transmissão de Energia V S/A;	ETE V	Transmissão de energia
. Energisa Transmissão de Energia VII S/A;	ETE VII	Transmissão de energia
. Energisa Transmissão de Energia VIII S/A; e	ETE VIII	Transmissão de energia
. Energisa Transmissão de Energia IX S/A.	ETE IX	Transmissão de energia



	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Gemini Energy S/A:		
· Linhas de Taubaté Transmissora de Energisa S/A;	LTTE	Transmissão de energia
· Linhas de Macapá Transmissora de Energisa S/A;	LMTE	Transmissão de energia
· Linhas de Xingu Transmissora de Energisa S/A;	LXTE	Transmissão de energia
· Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energisa S/A; e	LITE	Transmissão de energia
· Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda.	POMTE	Serviços

A Energisa S/A, por meio das participações nas sociedades Denerge Desenvolvimento Energético S/A (controladora da Rede Energia Participações S/A), Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE) (controladora da Gemini Energy S/A), Energisa Soluções S/A (ESOL), Alsol Energias Renováveis S/A (ALSOL) (controladora da Ângulo Participações S/A), Energisa Biogás S/A (EBG), Energisa Distribuição de Gás S/A (EDG), Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM) e Energisa Participações Nordeste S/A (EPN) possui participação nas seguintes Companhias e empresas:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Energisa S/A:		
· Energisa Minas Rio – Distribuidora de Energia S/A;	EMR	Distribuição de energia
· Energisa Sergipe – Distribuidora de Energia S/A;	ESE	Distribuição de energia
· Energisa Rondônia – Distribuidora de Energia S/A;	ERO	Distribuição de energia
· Energisa Acre – Distribuidora de Energia S/A;	EAC	Distribuição de energia
· Energisa Soluções S/A;	ESOL	Serviços
· Energisa Comercializadora de Energia Ltda;	ECOM	Comercialização de energia
· Energisa Transmissão de Energia S/A;	ETE	Holding
· Voltz Capital S/A;	VOLTZ	Serviços
· Alsol Energias Renováveis S/A;	ALSOL	Holding
· Energisa Geração Central Solar Rio Peixe I S/A;	EGCS-RP1	Parque Solar
· Energisa Geração Central Solar Rio Peixe II S/A;	EGCS-RP2	Parque Solar
· Energisa Biogás S/A;	EBG	Holding
· Energisa Distribuição de Gás S/A;	EDG	Holding
· Energisa Participações Nordeste S/A; e	EPN	Holding
· Clarke Desenvolvimento de Software S/A.	CLARKE	Serviços
Controladas diretas da Rede Energia Participações S/A:		
· Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S/A;	EMT	Distribuição de energia
· Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S/A;	EMS	Distribuição de energia
· Energisa Tocantins – Distribuidora de Energia S/A;	ETO	Distribuição de energia
· Energisa Sul Sudeste – Distribuição de Energia S/A;	ESS	Distribuição de energia
· Multi Energisa Serviços S/A;	MULTIENERGISA	Serviços
· Rede Power do Brasil S/A;	REDE POWER	Holding
· Companhia Técnica e Comercialização de Energia; e	CTCE	Comercialização de energia
· QMRA Participações S/A.	QMRA	Holding
Controladas diretas da Alsol Energias Renováveis S/A:		
· Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda;	LARALSOL	Geração de energia distribuída
· URB Energia Limpa Ltda;	URB	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica I LTDA;	REENERGISA I	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica II LTDA;	REENERGISA II	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica III S/A;	REENERGISA III	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica IV S/A;	REENERGISA IV	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica V S/A;	REENERGISA V	Geração distribuída fotovoltaica
· Reenergisa Geração Fotovoltaica VI S/A;	REENERGISA VI	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica VII S/A;	REENERGISA VII	Geração distribuída fotovoltaica
· Reenergisa Geração Fotovoltaica VIII S/A;	REENERGISA VIII	Geração distribuída fotovoltaica
· Renesolar Engenharia Elétrica Ltda;	RENESOLAR	Geração de energia distribuída
· Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda;	FLWSOLAR	Geração de energia distribuída
· Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda; e	CARBONSOLAR	Geração de energia distribuída



	Sigla	Ramo de atividade
. Ângulo 45 Participações S/A.	ANGULO 45	Holding
Controladas diretas da Energisa Soluções S/A:		
. Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A.	ESOLC	Serviços
Controlada direta da Energisa Biogás S/A:		
. Agric Adubos e Gestão de Resíduos Industriais e Comerciais S/A.	AGRIC	Usina de compostagem
Controlada direta da Energisa Distribuição de Gás S/A:		
. Companhia de Gás do Espírito Santo – ES Gás; e	ESGAS	Distribuição de gás natural
. Energisa Distribuição de Gás Nordeste S/A.	EDGNE	Holding
Controlada direta da Energisa Participações Nordeste S/A:		
. Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S/A.	EPB	Distribuição de energia
Controlada direta da Ângulo 45 Participações S/A:		
. Ângulo 45 Empreendimentos S/A.	ANGULO 45 EMPR	Geração distribuída
Controlada direta da Energisa Distribuição de Gás Nordeste S/A:		
. Norgás S/A.	NORGÁS	Holding

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços contratados	Serviços prestados ⁽⁴⁾	Saldo a pagar (fornecedores)	Saldo a receber (clientes)	Recursos destinados a futuro aumento de capital ⁽¹⁾
Energisa S/A ⁽³⁾	(101)	-	(22)	-	-
ESOL ⁽²⁾	(3.638)	-	(338)	-	-
ETE	-	-	-	-	(11.785)
EMR	-	1	-	-	-
ESSE	-	1	-	-	-
EPB	-	3	-	-	-
ETO	-	1.993	-	118	-
EMT	-	6	-	-	-
EMS	-	4	-	-	-
ESS	-	3	-	-	-
EAC	-	1	-	-	-
ERO	-	2	-	-	-
2024	(3.739)	2.014	(360)	118	(11.785)
2023	(3.411)	-	(207)	-	(37.992)

⁽¹⁾ Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados.

⁽²⁾ **Energisa Soluções S/A:** as transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários.

⁽³⁾ **Serviços compartilhados de rotinas administrativas:** refere-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela Aneel e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual.

⁽⁴⁾ Os serviços prestados referem-se ao transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão.

Remuneração dos administradores

Nos exercícios de 2024 e 2023, não houve pagamento de honorários aos administradores e esse fato não se constitui obrigação futura da Companhia, pois os serviços corporativos são executados por administradores na estrutura da controladora.



9. Concessão do serviço público (ativo de contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

As concessões das companhias de transmissão por não serem onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

Os ativos de contratos, serão recebidos pelas companhias através da Receita Anual Permitida – RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão.

Conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não foi identificado necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Descrição	
Linhas de Transmissão	Ampliação da SE 230/138kV Gurupi - 200MVA
Margem de construção	36,94%
Margem de operação e manutenção	4,85%
Taxa de remuneração ⁽¹⁾	3% a 8% a.a.
Índice de correção dos contratos	IPCA
Custos incorridos	69.709
RAP anual	5.170

⁽¹⁾ A taxa utilizada para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Segue as movimentações do ativo de contrato ocorrida no exercício:

Ativo de Contrato de Concessão	2024	2023
Saldos iniciais	60.602	9.216
Receita de remuneração do ativo de contrato	9.206	1.743
Receita das margens da obrigação de performance de construção	13.344	5.739
Receita de operação e manutenção	146	-
Ganhos (perdas) de eficiência na implementação da infraestrutura	(7.491)	2.533
Receita de construção da infraestrutura	22.275	41.371
Recebimento RAP	(3.004)	-
Saldos finais	95.078	60.602
Circulante	5.156	-
Não Circulante	89.922	60.602



10. Impostos e Contribuições Sociais

	2024	2023
Contribuições ao PIS e à COFINS ⁽¹⁾	3.506	2.212
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	31	-
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	19	-
Imposto de renda retido na fonte – Fonte (IRRF, PIS/COFINS/CSLL)	1	1
Imposto sobre serviços – ISS	18	25
Encargos Sociais	2	35
Outros	8	5
Total	3.585	2.278
Total – circulante	115	66
Total – não circulante	3.470	2.212

⁽¹⁾ PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre o ativo de contrato, a serem recolhidos na proporção do recebimento da RAP – Receita Anual Permitida.

11. Fornecedores

	2024	2023
Serviços	10.066	2.289
Total Circulante	10.066	2.289

Referem-se às aquisições de serviços necessários à construção de Linhas de Transmissão.

12. Patrimônio Líquido

12.1. Capital Social

O capital social é de R\$45.634 (R\$7.296 em 2023), representando 45.288.000 (7.296.000 em 2023) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 26 de abril de 2024 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$37.992, passando o capital social da Companhia de R\$7.296 para R\$45.288, com emissão de 37.992.000 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação.

Na mesma Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 26 de abril foi aprovado a capitalização de lucros acumulados no valor de R\$346, resultando, portanto, num aumento do capital social da Companhia nesse mesmo valor, sem a emissão de novas ações, passando o capital social de R\$45.288 para R\$45.634.

12.2. Reserva de lucros – reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o valor da reserva legal foi de R\$740 (R\$423 em 2023).



Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 26 de abril de 2024 foi aprovado a capitalização de parte da Reserva legal no montante de R\$346, passando o saldo para de R\$740(R\$423 em 2023).

12.3. Reserva Especial de dividendos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante de reserva especial de dividendos foi de R\$13.450 (R\$854 em 2023), se esses montantes não serem utilizados para absorver prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir de acordo com os termos do Art. 202 § 4º e 5º da Lei nº 6.404/76.

12.4. Reserva de lucros – orçamento de capital

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o saldo das reservas de lucros é de R\$7.565 (R\$7.565 em 2023), que foram retidos com base no orçamento de capital, aprovado pelo Conselho de Administração a ser submetido a Assembleia Geral Ordinária.

12.5. Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, calculados conforme segue:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	13.259	7.963
Reserva legal – 5%	(663)	(398)
Lucro líquido ajustado	12.596	7.565
Reserva especial de dividendos	12.596	-
Total dos dividendos	12.596	-
% sobre o Lucro líquido ajustado	-	-

13. Receita operacional

	2024	2023
Receita de construção da infraestrutura	22.275	41.371
Ganho (perda) de eficiência na implementação da infraestrutura	(7.491)	2.533
Receita das margens da obrigação de performance da construção	13.344	5.739
Receita de operação e manutenção	146	-
Receita de remuneração do ativo de contrato	9.206	1.743
Outras Receitas	48	-
Total de receita operacional bruta	37.528	51.386
Deduções da receita operacional		
PIS Corrente	(20)	-
PIS Diferido	(224)	(332)
COFINS Corrente	(92)	-
COFINS Diferido	(1.034)	(1.534)
Programa de Desenvolvimento Energético (P&D)	(29)	-
Taxa de fiscalização	(11)	-
Dedução da receita	(1.410)	(1.866)
Receita operacional líquida	36.118	49.520



14. Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto.

	Custo operacionais	Despesas operacionais	Total	
	Prestação a Terceiros	Gerais e Administrativas	2024	2023
Serviços de terceiros	4	117	121	103
Depreciação e Amortização	-	3	3	
Custo de construção	21.462	-	21.462	39.861
Outros	77	73	150	2
	21.543	193	21.736	39.966

15. Lucro por ação básico e diluído

	2024	2023
Lucro líquido do exercício:	13.259	7.963
Média ponderada das ações	32.624	5.984
Lucro líquido básico por ação - R\$¹	0,41	1,33

¹ A Companhia não possui instrumento diluidor.

16. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	Nível	2024		2023	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo					
Custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa	2	684	684	60	60
		684	684	60	60



	Nível	2024		2023	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivo					
Custo amortizado:					
Fornecedores	2	10.066	10.066	2.289	2.289
		10.066	10.066	2.289	2.289

As suas características operacionais e a sua estrutura patrimonial colocam a Companhia em um ambiente em que o risco de mercado é extremamente baixo. Em virtude dessas condições, a Administração entende ser desnecessária a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em 31 de dezembro de 2024, o valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam aproximadamente os valores de mercado.

Gerenciamento de risco financeiro

A Diretoria tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da controladora indireta Energisa) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não operou com derivativos.

Gerenciamento dos riscos de crédito

É baixo o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores em transações com empresas relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor do saldo de fornecedores. A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos de monitoramento das operações realizadas pelas empresas relacionadas.

17. Cobertura de Seguros

A política de Seguros da Empresa baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade.



Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual
			2024
Responsabilidade Civil Ambiental	20/10/2026	20.000	1
Risco Operacional	30/07/2025	100.000	122
Transporte Nacional	30/07/2025	Até 5.000/Viagem	2
			125

18. Meio ambiente (*)

1. Programa de Monitoramento e Conservação da Fauna – Tem o objetivo principal monitorar as espécies da fauna terrestre, e assim, avaliar a influência dos impactos possivelmente gerados pela implantação do empreendimento, fornecendo subsídios para proposição de medidas mitigadoras e de manejo, a médio e longo prazo, caso seja necessário.

2. Monitoramento e manejo da flora – A flora é contemplada em programas de monitoramento e manejo, tais como resgate de germoplasma (sementes), cujo objetivo é a proposição de medidas eficazes de conservação dos recursos biológicos e genéticos vegetais na área diretamente afetada pelo empreendimento, visando mitigar e compensar o impacto relacionado à perda de cobertura vegetal nativa; e programa de reposição florestal, cujo objetivo é realizar a compensação ambiental pela vegetação suprimida em decorrência da implantação do empreendimento, monitorando o sucesso das brotas, como forma de aferir a efetividade das ações implementadas, corrigindo-as sempre que necessário.

3. Controle e Monitoramento de Ruídos – o objetivo deste programa é monitorar o nível de ruído ambiente nas áreas vizinhas ao empreendimento, tornando possível aferir a relevância do impacto acústico nos receptores próximos e propor medidas preventivas e de controle sobre as fontes de perturbação sonora. Uma das metas desse programa é a manutenção dos níveis de ruído ambiente nas imediações da operação que garantam a manutenção da qualidade acústica recomendada pela norma ABNT NBR 10151:2000 para o ambiente de inserção do empreendimento.

4. Controle e Monitoramento de Processos Erosivos – programa visa estabelecer e padronizar atividades preventivas e corretivas que visem promover o controle e monitoramento de processos erosivos que possam ocorrer durante a instalação e operação do empreendimento. As ações propostas são empregadas tanto nos pontos onde há erosão ocorrendo bem como na prevenção ao surgimento de novos processos erosivos.

5. Gestão de Resíduos Sólidos – programas elaborados no âmbito do licenciamento ambiental de atividades potencialmente poluidoras, cujo objetivos são reduzir a geração de resíduos na fonte primária, adequar a segregação na origem e assegurar o correto manuseio, armazenamento temporário e destinação final dos resíduos sólidos ou disposição final de rejeitos, de modo a controlar e minimizar riscos ao meio ambiente, aos trabalhadores e às comunidades próximas ao empreendimento.

6. Comunicação Social – programa busca estabelecer um fluxo de comunicação e informação entre os mais diversos públicos e o empreendedor, por meio da utilização de estratégias e canais de comunicação eficazes, utilizando linguagem clara, permitindo, então, o compartilhamento de informações de forma sistemática e transparente, visando reduzir ao máximo os conflitos potenciais e problemas relacionados à instalação do empreendimento.

A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.



Aspectos ambientais – A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. As licenças expedidas para as controladas são como segue:

Licenças expedidas pela Companhia				
Empresa	Órgão Licenciador	Licenças Operação (LO) ou Instalação (LI)	Data Emissão	Vencimento
ETT II	SUDEMA GURUPI	LI 243/2022	04/11/2022	04/11/2028

No exercício findo de 31 de dezembro de 2024 não houve valores investidos em meio ambiente.

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

19. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2024 e 2023, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2024	2023
Atividades operacionais		
Remuneração do ativo de contrato da concessão	9.206	1.743
Margem de Construção, operação e remuneração do ativo de contrato da transmissão	13.344	5.739
Ganhos/perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	(7.491)	2.533
Fornecedores a prazo	10.042	9
Atividades de investimento		
Intangível – Fornecedores	384	9
Provisão encerramento de obra	9.658	-
Atividades de Financiamento		
Aumento de Capital	38.338	5.250

Diretoria Executiva

Gabriel Mussi Moraes

Diretor Presidente

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi

Diretor Geral de Operações

Maurício Perez Botelho

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Fernando César Maia

Diretor Técnico

Rodolfo da Paixão Lima

Contador

CRC-RJ 107.310/0-0

Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da
Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de “IFRS Accounting Standards”, foi submetida aos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essa outra informação que compreende o Balanço Social.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Balanço Social, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2025


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ


Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC nº 1 RJ 065976/O-4